

Veto total nº 045/09

AO EXPEDIENTE
Em 17 NOV 2009

Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 18/11/2009

1º Secretário

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

18 NOV 2009

Protocolo 035/09

Processo

Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 201, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-se-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei, de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Institui o Plano Estadual de Combate e Prevenção à violência, Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente", encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 203/2009, de 19 de outubro de 2009.

Nobres Parlamentares, em princípio, o presente Projeto de Lei cria despesa para o Estado e, toda despesa criada no âmbito da Administração Pública deve ter suporte na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal) nos seus artigos 16 e 17, veda expressamente a criação de despesa derivada de Lei, Medida Provisória ou através de ato administrativo normativo sem estarem acompanhados das respectivas estimativas de impacto orçamentário financeiro, senão vejamos:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa."

Verifica-se que o projeto de Lei em comento não acompanha a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, a demonstração da origem dos recursos, para custeio da despesa e a devida comprovação de que a despesa não afetará as metas e resultados fiscais previstos no artigo 17 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000, devidamente acompanhada das premissas e metodologia de cálculos utilizados. Sendo assim, desatende aos preceitos legais da Lei, os quais constituem verdadeiros pressupostos para a válida criação de despesas obrigatórias de caráter continuado. A observância destes requisitos é *conditio sine qua non*, para a validade formal da lei.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

17 NOV 2009

[Assinatura]

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Ademais, este projeto de Lei contém vício de iniciativa, pois ao criar novas atribuições às Secretarias elencadas em seu artigo 3º, fere frontalmente a Constituição Estadual de Rondônia. Tal matéria é alçada exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 39, § 1º, alínea “d” da Constituição Estadual “verbis”:

“Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II- disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.”

Conforme exposto na Constituição Estadual de Rondônia, a matéria de que trata o referido Projeto de lei é de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Portanto, o Projeto de Lei em comento traz vícios insanáveis, pois não está em consonância com os preceitos legais acima, sendo, desta feita, inconstitucional.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


IVO NARCISO CASSOL
Governador